

ÁGUAS DO ALGARVE, SA

**SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE
SANEAMENTO DO ALGARVE**

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “COORDENAÇÃO E REVISÃO DE
PROJETOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO
E RESILIÊNCIA DA ÁGUAS DO ALGARVE SA - FASE I”**

(REF.^a DGA-EO.CP-AS-02/2023)

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

CONCURSO PÚBLICO

Junho de 2023

CONCURSO PÚBLICO

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “COORDENAÇÃO E REVISÃO DE PROJETOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DA ÁGUAS DO ALGARVE SA – FASE I”

ÍNDICE

Artigo 1. Objeto.....	3
Artigo 2. Entidade adjudicante.....	4
Artigo 3. Documentos do procedimento e plataforma eletrónica.....	4
Artigo 4. Consulta do processo.....	5
Artigo 5. Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais.....	5
Artigo 6. Preço ou custo anormalmente baixo.....	6
Artigo 7. Visitas às instalações.....	6
Artigo 8. Proposta.....	6
Artigo 9. Propostas variantes.....	10
Artigo 10. Prazo para apresentação das propostas.....	10
Artigo 11. Modo de apresentação das propostas.....	11
Artigo 12. Prazo da obrigação de manutenção da proposta.....	12
Artigo 13. Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes.....	12
Artigo 14. Critério de adjudicação e critério de desempate.....	12
B - Lote 2: Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final:.....	13
C - Lote 3: Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Vilamoura; ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago:.....	14
Artigo 15. Relatório preliminar.....	15
Artigo 16. Relatório final.....	16
Artigo 17. Adjudicação.....	17
Artigo 18. Documentos de habilitação.....	18
Artigo 19. Caução.....	20
Artigo 20. Caducidade da adjudicação.....	21
Artigo 21. Minuta do contrato.....	22
Artigo 22. Celebração do contrato.....	22
Artigo 23. Encargos.....	23
Artigo 24. Dados pessoais.....	23
Artigo 25. Novos serviços.....	24
Artigo 26. Legislação aplicável.....	24
ANEXOS.....	25
ANEXO I PROPOSTA DE PREÇO.....	26
ANEXO II MODELO DA DISCRIMINAÇÃO DOS PREÇOS PARCELARES.....	27
ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA.....	30
ANEXO IV MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO.....	39
ANEXO V METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	41
ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO.....	54
ANEXO VII DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA FORNECEDORES.....	55
ANEXO VIII MODELOS DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO/ DE GARANTIA BANCÁRIA/ DE SEGURO-CAUÇÃO.....	57
ANEXO IX.....	60
MODELO DE DECLARAÇÃO DO LOTE A ADJUDICAR CASO O CONCORRENTE OBTENHA A MELHOR CLASSIFICAÇÃO EM AMBOS OS LOTES.....	60

ÁGUAS DO ALGARVE, S.A.

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A “COORDENAÇÃO E REVISÃO DE PROJETOS DE EXECUÇÃO PREVISTOS NO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA DA ÁGUAS DO ALGARVE SA – FASE I”

CONCURSO PÚBLICO

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo I.

Objeto

1. O presente concurso público tem por objeto a celebração do contrato de Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”**, que são compostos pelos seguintes lotes abaixo descritos.
2. O concurso público compreende 3 (três) lotes, sendo admitidas propostas para um qualquer deles, para vários deles ou para todos pese embora estar excluída a adjudicação de mais do que um lote ao mesmo concorrente. As propostas deverão ser submetidas também separadamente por lote:
 - a) **Lote 1** - *Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão;*
 - b) **Lote 2** - *Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final;*
 - c) **Lote 3** - *Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Vilamoura; ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago.*
3. Mais se informa que o presente processo de contratação pública é desenvolvido no âmbito do contrato de INVESTIMENTO RE-C09-i01.04 “Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve” contribuindo assim de forma positiva para a eficiente utilização dos recursos hídricos e para a minimização dos efeitos decorrentes da escassez de água que assola a região do Algarve. A contratação agora em apreço, compromete-se a respeitar e assegurar o cumprimento do princípio de “Não Prejudicar Significativamente ” (Princípio DNSH), na

execução do investimento, através da incorporação dos requisitos aplicáveis previstos no PRR, nas peças contratuais de procedimentos de contratação pública e nos contratos resultantes contribuindo para o desenvolvimento sustentável, rumo a uma neutralidade climática da economia e da sociedade até 2050 – em linha com o Pacto Ecológico Europeu e com o espírito da iniciativa legislativa para a Lei Europeia do Clima.

Artigo 2.

Entidade adjudicante

- 1.** O presente concurso público é promovido pela Águas do Algarve, S.A., com morada na Rua do Repouso, n.º 10, 8000-302, Faro e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:
 - Telefone: +351 289 899 070,
 - Correio Eletrónico: geral.ada@adp.pt;
 - Website oficial: <http://www.aguasdoalgarve.pt>;
 - Plataforma eletrónica: <http://www.acingov.pt>;
- 2.** A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da empresa no dia 4 de maio de 2023.

Artigo 3.

Documentos do procedimento e plataforma eletrónica

- 1.** O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - a) Anúncio publicado no Diário da República;
 - b) Programa de Procedimento, que inclui 9 (nove) anexos;
 - c) Caderno de Encargos, que inclui 1 (um) anexo.
- 2.** As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República.

3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.
4. O procedimento é sujeito a anúncio publicado no Diário da República.

Artigo 4.

Consulta do processo

O processo relativo ao presente concurso público pode ser consultado, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, na plataforma identificada no n.º 2 do artigo anterior, bem como entre as 10:00 e as 12:30 e das 15:00 até às 17:00 de cada dia útil, nas instalações da Águas do Algarve, S.A. sitas na Rua do Repouso, n.º 10 8000-302 Faro.

Artigo 5.

Esclarecimentos, erros e omissões das peças procedimentais

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O júri, por escrito, através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.
5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do Artigo 3.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.
6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 5 do artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos, a mesma será publicitada no Diário da República.

Artigo 6.

Preço ou custo anormalmente baixo

Não aplicável.

Artigo 7.

Visitas às instalações

Não aplicável.

Artigo 8.

Proposta

- I. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento;
- b) Proposta de Preço e Prazo de Entrega, elaborada em conformidade com o modelo do **ANEXO I** ANEXO VIII ao presente Programa do Procedimento.

Nota:

Em caso de o concorrente apresentar proposta a mais do que a um único lote, deverá identificar na sua proposta de preço quais os lotes preferenciais, por ordem decrescente da sua preferência.

- c) Discriminação dos preços parcelares, por lote e por projeto, correspondentes às diferentes componentes da aquisição de serviços objeto do presente procedimento, descritas na Cláusula 7.^a do Caderno de Encargos, que contribuem para a formação Preço da Proposta de Preço, em conformidade com o modelo constante no **ANEXO II** ao presente Programa do Procedimento.
- d) Nota justificativa do preço, em ficheiro de folha de cálculo editável compatível com formato “EXCEL”, constituída por orçamento completo e discriminado, subdividido pelas componentes da aquisição de serviço definidas no modelo referido na alínea c) anterior, cujo total é igual ao Preço da Proposta de Preço, devendo conter:

Na componente relativa de estudos e projetos:

- i. Elementos da equipa técnica;
- ii. Custo unitário (horário) de cada elemento da equipa técnica;
- iii. Afetação de cada elemento da equipa técnica, com indicação do valor global relativo a esta componente (meios humanos);
- iv. Outros custos que concorram para a formação do preço.

- e) Memória Descritiva e Justificativa que deverá incluir a descrição sucinta da metodologia a empregar na elaboração da revisão de cada um dos projetos de execução descritos no artigo 1:

Nota:

Para cada um dos lotes o documento requerido nesta alínea e) deverá ter um limite máximo de 50 (cinquenta) páginas formato oficial A4 ou inferior, incluindo anexos, com texto datilografado com letra Arial tamanho 11 (onze), espaçamento simples ou superior e margens iguais ou superiores a 2,5 (dois vírgula cinco) cm, sob pena de apenas ser avaliada a informação constante das primeiras 50 páginas do documento da proposta.

- f) Programa de realização do trabalho e seu faseamento, que deverá incluir o cronograma detalhado das tarefas a desenvolver, incluindo cronograma de mobilização, com previsão do tempo de afetação de cada elemento da equipa de Projeto em termos globais e escalonadamente ao longo do prazo de execução da Aquisição de Serviços. Deverão ser identificados os pontos críticos que podem condicionar este programa;

Nota:

Para cada um dos lotes o documento requerido nesta alínea f) deverá ter um limite máximo de 15 (quinze) páginas formato oficial A4 ou inferior, incluindo anexos, com texto datilografado com letra Arial tamanho 11 (onze), espaçamento simples ou superior e margens iguais ou superiores a 2,5 (dois vírgula cinco) cm, sob pena de apenas ser avaliada a informação constante das primeiras 15 páginas do documento da proposta.

- g) Constituição da equipa de revisão de projeto, referenciando o Coordenador da Revisão dos Projetos, e os restantes elementos da equipa de Projeto, incluindo as qualificações profissionais e curriculum vitae, para o Coordenador da Revisão dos Projeto e para cada técnico especialista da Revisão dos Projeto da(s) várias Especialidade(s), de acordo com o modelo constante no **ANEXO III** deste Programa do Procedimento;

- h) Identificação de todos os subcontratados para a execução da presente aquisição de serviços;
 - i) Não aplicável;
 - j) Não aplicável;
 - k) No caso de o Concorrente ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração conforme modelo apresentado **ANEXO IV** deste Programa do Procedimento (Acordo – Promessa de Constituição);
 - l) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções. A apresentação deste documento pode ser substituída pela indicação do sítio na Internet onde o documento pode ser consultado, bem como a informação necessária à consulta, nos termos do Decreto-Lei n.º 114/2007, de 19 de abril;
 - m) Outros documentos que o Concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O preço da proposta, para cada lote, será expresso em euros, **com duas casas decimais** e não inclui o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).
3. Todos os documentos solicitados no n.º 1 devem ser assinados eletronicamente, pelo Concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, não bastando para o efeito a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compactação que contenham mais do que um dos documentos exigidos, nos termos do n.º 5 da citada previsão normativa.
4. De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, quando a proposta seja apresentada por um Agrupamento Concorrente, todos os documentos devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos aos documentos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.

5. No caso em que a assinatura eletrónica certificada não possa relacionar diretamente o assinante com o Concorrente é obrigatória a junção de documento comprovativo de demonstração de poderes de representação, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, portaria esta que regulamenta o disposto no n.º 4, do artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos.
6. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
7. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, com exceção dos documentos que os concorrentes entendam apresentar por os considerarem indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, os quais podem ser redigidos em inglês, francês e castelhano.
8. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
9. A Equipa de Revisão de Projeto proposta, para o cumprimento do disposto na alínea g) do artigo 8.1, deve apresentar o seguinte perfil por membro:
 - a) Engenheiro Civil, Engenheiro Técnico Civil, Mecânico, Eletrotécnico ou Arquiteto Paisagista com, pelo menos, 10 (dez) anos de licenciatura/bacharelato e de experiência profissional em cada especialidade, tendo em consideração o objeto e âmbito do presente Caderno de Encargos;
 - b) Inscrição válida na respetiva associação profissional portuguesa.

Artigo 9.

Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Artigo 10.

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser diretamente apresentadas na plataforma eletrónica identificada no n.º 2 do Artigo 3.º do presente Programa de Procedimento, até às **18:00 horas do 30.º (trigésimo) dia**, a contar da data do envio para publicação do anúncio previsto no n.º 1 do artigo 130º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 11.

Modo de apresentação das propostas

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no n.º 2 do Artigo 3.º do presente Programa de Procedimento, devendo individualmente ser assinados eletronicamente, não bastando, sob pena de exclusão da proposta, a mera assinatura eletrónica de um ou vários ficheiros de compressão que contenham mais do que um dos documentos exigidos.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. Nos casos em que o certificado de assinatura eletrónica qualificada não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente, sob pena de exclusão da proposta, instruir a proposta com um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo caso em que devem ser juntos ao documento os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

Artigo 12.

Prazo da obrigação de manutenção da proposta

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (*noventa*) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 30 (*trinta*) dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.
2. A comunicação a que se refere o número anterior produz efeitos 5 (*cinco*) dias após a sua receção pela entidade adjudicante.

Artigo 13.

Esclarecimentos a prestar pelos Concorrentes

1. Sempre que o júri do concurso tenha quaisquer dúvidas, designadamente, sobre aspetos das propostas que sejam considerados relevantes para efeitos de análise e avaliação das mesmas, poderá exigir dos concorrentes, bem como solicitar a outras entidades, todos os documentos e elementos de informação, inclusive de natureza contabilística, necessários para o esclarecimento dessas dúvidas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 14.

Critério de adjudicação e critério de desempate

1. A adjudicação é realizada, por lote, segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado pelos seguintes fatores e subfactores correspondentes aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação:

A - Lote 1: Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão e,

B - Lote 2: Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final:

FATORES E SUBFATORES	COEFICIENTES PONDERAÇÃO
A. PREÇO	40%
B. QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA	60%
B.1 Memória Descritiva e Justificativa	15%
B.2 Programa de Trabalhos	15%
B.3 Equipa Técnica	30%
<i>B.3.1 Coordenador da Revisão do Projeto</i>	<i>15%</i>
<i>B.3.2 Técnico da Especialidade de Hidrologia e Recursos Hídricos</i>	<i>5%</i>
<i>B.3.3 Técnico da Especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas</i>	<i>5%</i>
<i>B.3.3 Técnico da Especialidade de Mecânica e Eletromecânica</i>	<i>5%</i>

2. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante do **ANEXO V** do presente Programa do Procedimento.
3. Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação final, com precisão até às 9 casas decimais, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
 - a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço;
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, a hierarquização das propostas far-se-á tomando por referência, de forma sucessiva, até que se obtenha a diferenciação, com base nas pontuações obtidas

nos seguintes subfactores 1.º B.3 Equipa Técnica, 2.º B.2 Programa de Trabalhos, 3.º B.1 Memória Descritiva.

- c) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, nos seguintes termos:
- i) O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, dos termos aplicáveis à realização do sorteio;
 - iii) A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

C - Lote 3: Projeto de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Vilamoura; ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago:

FATORES E SUBFATORES	COEFICIENTES PONDERAÇÃO
A. PREÇO	40%
B. QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA	60%
B.1 Memória Descritiva e Justificativa	15%
B.2 Programa de Trabalhos	15%
B.3 Equipa Técnica	30%
<i>B.3.1 Coordenador da Revisão do Projeto</i>	<i>15%</i>
<i>B.3.2 Técnico da Especialidade de Hidráulica Urbana ou Sanitária</i>	<i>5%</i>
<i>B.3.3 Técnico da Especialidade de Mecânica e Eletromecânica</i>	<i>5%</i>
<i>B.3.3 Técnico da Especialidade de Processo de Tratamento</i>	<i>5%</i>

- 4. Para a avaliação das propostas utilizar-se-á o modelo constante do **ANEXO V** do presente Programa do Procedimento.**

5. Nas situações em que, da agregação dos resultados da avaliação parcial dos fatores elementares, resulte uma classificação final, com precisão até às 9 casas decimais, que ordene em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar o mais baixo preço;
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, a hierarquização das propostas far-se-á tomando por referência, de forma sucessiva, até que se obtenha a diferenciação, com base nas pontuações obtidas nos seguintes subfactores 1.º B.3 Equipa Técnica, 2.º B.2 Programa de Trabalhos, 3.º B.1 Memória Descritiva.
 - c) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, nos seguintes termos:
 - i) O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii) O júri notifica os concorrentes que apresentaram as propostas empatadas, com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, dos termos aplicáveis à realização do sorteio;
 - iii) A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 15.

Relatório preliminar

- I. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:
- a) Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;

- b) Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
 - c) Que não sejam constituídas por todos os documentos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Programa de Procedimento;
 - d) Não aplicável
 - e) Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do Código dos Contratos Públicos;
 - f) Que não apresentem um preço para cada artigo previsto, em cada lote a que concorram;
 - g) Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
 - h) Que sejam apresentadas como variantes;
 - i) Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - j) Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, com as necessárias adaptações e sem prejuízo do disposto no n.º 6 deste artigo.
2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de 5 (*cinco*) dias, de acordo com o previsto no artigo 147.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 16.

Relatório final

- I. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes,

mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 1 do artigo anterior.

2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 17.

Adjudicação

1. Caso todas as propostas tenham sido excluídas, o órgão competente para a decisão de contratar pode, excecionalmente e por motivos de interesse público, adjudicar aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas com fundamento na alínea d) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, ou seja, pelo facto do seu preço contratual exceder o preço base e cujo preço não exceda em mais de 20 % o montante do preço base, seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação previsto no n.º 1 do Artigo 17.º do presente Programa do Procedimento.
2. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
3. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no Artigo 18.º do presente Programa de Procedimento;
 - b) Prestar caução em conformidade com o disposto no n.º 1 do Artigo 19.º do Programa de Procedimento;
 - c) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
 - d) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada.
4. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.

5. Nos termos do n.º 6 do artigo 70.º

Artigo 18.

Documentos de habilitação

- I. No prazo de 10 (dez) dias a contar da data da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do **ANEXO VI** ao presente Programa de Procedimento;
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - e) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
 - f) Não aplicável
 - g) Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d), e) e e) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
2. O adjudicatário deve apresentar cópia dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica identificada no Artigo 3.º.
3. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução,

indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

4. O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos nas alíneas b), c) e d) do n.º I se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, disponível em www.pnfe.impic.pt.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
6. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
7. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do n.º I do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
8. O prazo fixado no n.º I do presente artigo para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a cinco dias.
9. Antes da celebração do contrato o adjudicatário deve, ainda, apresentar, os seguintes documentos sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do Código dos Contratos Públicos:
 - a) A identificação do Coordenador da Revisão dos Projetos e para cada Responsável da Revisão do Projeto da(s) várias Especialidades(s) , acompanhada pelos respetivos Termos de responsabilidade por estes subscritos;
 - b) Comprovativo da qualificação do técnico para a função de Coordenador da Revisão dos Projetos Projeto e para cada Responsável da Revisão dos Projeto da(s) várias Especialidade(s), através do Sistema Eletrónico de Reconhecimento de Atributos Profissionais com o Cartão de Cidadão a que se refere o artigo

51.º da Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, em função da categoria da obra classificada nos termos da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, ou, em alternativa, comprovativo e número de inscrição em organismo ou associação profissional, quando aplicável;

- c) No caso de a adjudicação recair sobre proposta apresentada por agrupamento, deve ainda apresentar documentos comprovativos da associação dos membros do agrupamento adjudicatário na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou de agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto;
- d) No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar uma declaração de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO VII** ao presente Programa do Procedimento.

Artigo 19.

Caução

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, no valor de 5 % (cinco por cento) do preço contratual, com exclusão do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
2. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, resultando a celebração de um único contrato, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor resultante do somatório dos respetivos preços contratuais.
3. A caução é prestada por garantia bancária, seguro-caução, ou por depósito em dinheiro ou títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, em conformidade com os modelos constantes no **ANEXO VIII** do presente Programa do Procedimento.

4. O depósito em dinheiro ou em títulos efetuar-se-á em Portugal e em qualquer instituição de crédito, à ordem da entidade que for indicada pelo Contraente Público, devendo ser especificado o fim a que se destina.
5. Quando o depósito for efetuado em títulos, estes serão avaliados pelo respetivo valor nominal, salvo se, nos últimos 3 (três) meses, a média da cotação na bolsa de valores ficar abaixo do par, caso em que a avaliação será feita em 90 % (noventa por cento) dessa média.
6. Será dispensada a prestação de caução ao adjudicatário que apresente contrato de seguro adequado pelo preço total do respetivo Contrato, ou que apresente documento de assunção de responsabilidade solidária, pelo preço total do Contrato, emitidos nos termos previstos no n.º 4 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Artigo 20.

Caducidade da adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
 - a) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, ou da sua prorrogação de acordo com o n.ºs 5 e 6 do artigo anterior;
 - b) Não prestar a caução nos termos exigidos no Artigo 19.º;
 - c) Não confirmar os compromissos no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.
2. Constitui ainda causa de caducidade da adjudicação a não apresentação dos documentos exigidos no n.º 9 do Artigo 18.º do presente Programa do Procedimento.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, a adjudicação é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente no relatório final de avaliação das propostas.

Artigo 21.

Minuta do contrato

1. O órgão competente para a decisão de contratar aprova, nos termos dos artigos 98.º e 99.º do Código dos Contratos Públicos, a minuta de contrato a celebrar, a qual deve ser notificada ao adjudicatário para aprovação.
2. Quando o adjudicatário for comum a vários lotes pode ser celebrado um único contrato.
3. A minuta do contrato a celebrar, notificada ao adjudicatário em simultâneo com a decisão de adjudicação, deve assinalar expressamente os ajustamentos propostos.
4. A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não seja apresentada reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação.
5. Os ajustamentos que sejam aceites pelo adjudicatário devem ser notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.
6. As reclamações da minuta do contrato a celebrar só podem ter por fundamento a previsão de obrigações que contrariem ou que não constem dos documentos que integram o contrato ou ainda a recusa dos ajustamentos propostos.
7. No prazo de 10 (dez) dias a contar da receção da reclamação, o Conselho de Administração/Comissão Executiva da Águas do Algarve, S.A. notifica o adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à rejeição da reclamação.

Artigo 22.

Celebração do contrato

1. O contrato é celebrado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data da última assinatura.
2. A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário o prazo para a outorga e remessa do contrato, com a antecedência mínima de 3 (três) dias.

3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.

Artigo 23.

Encargos

São encargos dos concorrentes as despesas inerentes à elaboração da proposta, incluindo as relativas à prestação de caução, bem como todas as despesas decorrentes da celebração do contrato.

Artigo 24.

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.ada@adp.pt ou da morada Rua do Repouso n.º 10, 8000-302 Faro.

Artigo 25.

Novos serviços

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º I do artigo 27.º do Código dos Contratos Públicos, desde já se indica a possibilidade de adoção de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um futuro contrato de aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares ao objeto do presente concurso público.

Artigo 26.

Legislação aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável.

ANEXOS

ANEXO I

PROPOSTA DE PREÇO

[a que se refere a alínea b) do n.º 1 do Artigo 8.º do Programa do Procedimento]

(documento a apresentar separadamente por lote)

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do Concurso para Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”**, obriga(m)-se a executar os trabalhos que constituem esse Contrato, em conformidade com o Caderno de Encargos no prazo de ____ (_____) dias e pelo preço global de _____ (por extenso e por algarismos, em euros).

Às quantias supramencionadas acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Algarve, S.A. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO II

Modelo da discriminação dos preços parcelares

[a que se refere a alínea c) do n.º 1 do Artigo 8.º do Programa do Procedimento]

(documento a apresentar separadamente por lote)

Lote I - Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão

Componentes da Aquisição de Serviços	Preços parcelares (€)
Lote I - Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão	
a) Revisão da Versão Provisória do Projeto de Execução	0
b) Revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução	0
TOTAL DOS PREÇOS PARCELARES que contribuem para formação do Preço da Proposta relativa ao Lote I)	0

Data _____

Assinatura(s) _____⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

Lote 2 - Revisão do Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final

Componentes da Aquisição de Serviços	Preços parcelares (€)
Lote 2 - Revisão do Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final	
a) Revisão da Versão Provisória do Projeto de Execução	0
b) Revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução	0
TOTAL DOS PREÇOS PARCELARES que contribuem para formação do Preço da Proposta relativa ao Lote 2)	0

Data _____

Assinatura(s) _____⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

Lote 3 - Revisão dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Vilamoura, ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago

Componentes da Aquisição de Serviços	Preços parcelares (€)
Lote 3 - Revisão dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução Água para Reutilização (ApR) – ETAR de Vilamoura, ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago	
a) Revisão da Versão Provisória do Projeto de Execução	0
b) Revisão da Versão Definitiva do Projeto de Execução	0
TOTAL DOS PREÇOS PARCELARES que contribuem para formação do Preço da Proposta relativa ao Lote 3)	0

Data _____

Assinatura(s) _____⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

[a que se refere a alínea g) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento]

(documento a apresentar separadamente por lote)

A. Modelo da Declaração

F _____ (denominação social e sede da empresa concorrente), declara que a composição da equipa técnica a afetar é a seguinte:

- Coordenador da Revisão do Projeto;
(nome conforme *curriculum vitae*)
- Técnico Especialista em Hidráulica Urbana ou Sanitária
(nome conforme *curriculum vitae*)
- Técnico Especialista em Estruturas de Obras Hidráulicas
(nome conforme *curriculum vitae*)
- Técnico Especialista em Mecânica e Eletromecânica
(nome conforme *curriculum vitae*)
- Técnico Especialista em Processo de Tratamento
(nome conforme *curriculum vitae*)
- Técnico Especialista em Hidrologia e Recursos Hídricos
(nome conforme *curriculum vitae*)
- ...
(nome conforme *curriculum vitae*)

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

B. Modelo dos “*curriculum vitae*”

Função:

- Nome: ...
- Grau académico: ... *(indicar os graus que possui e as escolas superiores que lhes conferiram e os anos em que os obteve)*
- Anos de experiência profissional: ...
- Qualificações principais: ... *(resumo em não mais de 200 palavras)*
- Área de especialidade: ...
- Experiência profissional nos domínios relacionados com estudos\projetos com características similares à do estudo\projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento nos últimos ____ anos *(em algarismos e por extenso)*, com a indicação inequívoca dos trabalhos realizados, que verificam os requisitos exigidos. Resumir cada experiência indicando a designação do projeto, uma descrição resumida do mesmo, as datas de início e de conclusão, a afetação.

Para os devidos efeitos são considerados Estudo\Projeto com características similares à do Estudo\Projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento, os estudos\projetos com características seguintes, devendo as mesmas ser explícitas nos *curriculum vitae* apresentados conforme modelo em anexo:

- **Tipo 1:** Obras de captação superficiais de água, com caudal igual ou superior a 1,0 m³/seg;
- **Tipo 2:** Condutas adutoras de água de diâmetro igual ou superior a 1.000 mm e com extensão igual ou superior a 20 km e zonas com pressão igual ou superior a 25 bar;
- **Tipo 3:** Estações elevatórias com grupos de potência unitária de, no mínimo, 60% *(sessenta por cento)* da potência unitária dos grupos previstos *(estimativa dos motores elétricos de 4 MW)*;
- **Tipo 4:** Estudos hidrológicos associados à gestão de recursos hídricos, e de suporte a estudos de viabilidade e dimensionamento de aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente associados ao abastecimento de água para consumo humano.
- **Tipo 5:** Projetos de ETAR para uma população igual ou superior a 40 000

habitantes equivalentes e que tenham sido dimensionadas para efluentes com parâmetros de qualidade, com os seguintes VLE (valores limite de emissão):

- $\text{CBO5} \leq 25\text{mg/l};$
- $\text{CQO} \leq 125\text{mg/l};$
- $\text{SST} \leq 35\text{mg/l};$
- $\text{Escherichia coli} \leq 2000\text{ufc/100ml}.$

Função: Coordenador da Revisão do Projeto

Designação do Projeto	Descrição resumida do projeto	Data de Início (Mês/Ano)	Data de Conclusão (Mês/Ano)	Afetação (%)	Estudo\projeto com características similares à do estudo\projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento					
					Gestão de projetos (S/N)	Projeto Tipo 1 (S/N)	Projeto Tipo 2 (S/N)	Projeto Tipo 3 (S/N)	Projeto Tipo 4 (S/N)	Projeto Tipo 5 (S/N) Projetos de ETAR para uma população igual ou superior a 40 000 habitantes equivalentes e que tenham sido dimensionadas para efluentes com parâmetros de qualidade, com os seguintes VLE (valores limite de emissão): CBO5 ≤ 25mg/l; CQO ≤ 125mg/l; SST ≤ 35mg/l; Escherichia coli ≤ 2000ufc/100ml. (S/N)

Função: Técnico Especialista de Hidráulica Urbana ou Sanitária

Designação do Projeto	Descrição resumida do projeto	Data de Início (Mês/Ano)	Data de Conclusão (Mês/Ano)	Afetação (%)	Estudo\projeto com características similares à do estudo\projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento					
					Gestão de projetos (S/N)	Projeto Tipo 1 (S/N)	Projeto Tipo 2 (S/N)	Projeto Tipo 3 (S/N)	Projeto Tipo 4 (S/N)	Projeto Tipo 5 (S/N) Projetos de ETAR para uma população igual ou superior a 40 000 habitantes equivalentes e que tenham sido dimensionadas para efluentes com parâmetros de qualidade, com os seguintes VLE (valores limite de emissão): CBO5 ≤ 25mg/l; CQO ≤ 125mg/l; SST ≤ 35mg/l; Escherichia coli ≤ 2000ufc/100ml. (S/N)

Função: Técnico Especialista de Estruturas de Obras Hidráulicas

Designação do Projeto	Descrição resumida do projeto	Data de Início (Mês/Ano)	Data de Conclusão (Mês/Ano)	Afetação (%)	Estudo\projeto com características similares à do estudo\projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento					
					Gestão de projetos (S/N)	Projeto Tipo 1 (S/N)	Projeto Tipo 2 (S/N)	Projeto Tipo 3 (S/N)	Projeto Tipo 4 (S/N)	Projeto Tipo 5 (S/N) Projetos de ETAR para uma população igual ou superior a 40 000 habitantes equivalentes e que tenham sido dimensionadas para efluentes com parâmetros de qualidade, com os seguintes VLE (valores limite de emissão): $CBO_5 \leq 25\text{mg/l};$ $CQO \leq 125\text{mg/l};$ $SST \leq 35\text{mg/l};$ $\text{Escherichia coli} \leq 2000\text{ufc}/100\text{ml}.$ (S/N)

Função: Técnico Especialista em Mecânica e Eletromecânica

Designação do Projeto	Descrição resumida do projeto	Data de Início (Mês/Ano)	Data de Conclusão (Mês/Ano)	Afetação (%)	Estudo\projeto com características similares à do estudo\projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento					
					Gestão de projetos (S/N)	Projeto Tipo 1 (S/N)	Projeto Tipo 2 (S/N)	Projeto Tipo 3 (S/N)	Projeto Tipo 4 (S/N)	Projeto Tipo 5 (S/N) Projetos de ETAR para uma população igual ou superior a 40 000 habitantes equivalentes e que tenham sido dimensionadas para efluentes com parâmetros de qualidade, com os seguintes VLE (valores limite de emissão): CBO5 ≤ 25mg/l; CQO ≤ 125mg/l; SST ≤ 35mg/l; Escherichia coli ≤ 2000ufc/100ml. (S/N)

Função: Técnico Especialista em Processo de Tratamento

Designação do Projeto	Descrição resumida do projeto	Data de Início (Mês/Ano)	Data de Conclusão (Mês/Ano)	Afetação (%)	Estudo\projeto com características similares à do estudo\projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento					
					Gestão de projetos (S/N)	Projeto Tipo 1 (S/N)	Projeto Tipo 2 (S/N)	Projeto Tipo 3 (S/N)	Projeto Tipo 4 (S/N)	Projeto Tipo 5 (S/N) Projetos de ETAR para uma população igual ou superior a 40 000 habitantes equivalentes e que tenham sido dimensionadas para efluentes com parâmetros de qualidade, com os seguintes VLE (valores limite de emissão): CBO5 ≤ 25mg/l; CQO ≤ 125mg/l; SST ≤ 35mg/l; Escherichia coli ≤ 2000ufc/100ml. (S/N)

Função: Técnico Especialista em Hidrologia e Recursos Hídricos

Designação do Projeto	Descrição resumida do projeto	Data de Início (Mês/Ano)	Data de Conclusão (Mês/Ano)	Afetação (%)	Estudo\projeto com características similares à do estudo\projeto a contratar e executar no âmbito deste procedimento					
					Gestão de projetos (S/N)	Projeto Tipo 1 (S/N)	Projeto Tipo 2 (S/N)	Projeto Tipo 3 (S/N)	Projeto Tipo 4 (S/N)	Projeto Tipo 5 (S/N) Projetos de ETAR para uma população igual ou superior a 40 000 habitantes equivalentes e que tenham sido dimensionadas para efluentes com parâmetros de qualidade, com os seguintes VLE (valores limite de emissão): CBO5 ≤ 25mg/l; CQO ≤ 125mg/l; SST ≤ 35mg/l; Escherichia coli ≤ 2000ufc/100ml. (S/N)

ANEXO IV

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

(a que se refere a alínea k) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento)

(documento a apresentar separadamente por lote)

F, _____ (*indicação das empresas signatárias e sedes*) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Programa de Procedimento para a Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”** e nos termos do n.º 8.I do Programa do Procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (*indicar a figura jurídica adotada*) ^(a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa (*indicação da empresa do agrupamento*) representará a associação perante a (*designação da empresa que lançou o concurso*) devendo toda a correspondência ser enviada para (*indicar endereço, telefone e fax*).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de aquisição de serviço caso seja este o Adjudicatário)^(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela (*designação da empresa que lançou o concurso*) a qualquer alteração na composição da associação, sob pena de exclusão do Procedimento.

Data _____

Assinatura(s) _____ (1)

(1) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: "adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____" (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

ANEXO V

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

(a que se refere o n.º 2 do Artigo 14.º)

I. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o n.º 1 do Artigo 14.º deste Programa do Procedimento, e dando cumprimento ao disposto na alínea n) do n.º 1 do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos, o critério de adjudicação da presente aquisição de serviços é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, densificado nos fatores e subfactores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação, constantes do n.º 2 do Artigo 14.º do presente Programa do Procedimento.

A avaliação global de cada proposta resultará da agregação dos resultados da avaliação parcial dos referidos fatores e subfactores elementares.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR PREÇO

A escala de pontuação para a avaliação parcial do fator A. (*Preço*), que será entre 0 e 10, será atribuída pela aplicação da seguinte expressão matemática:

Lote 1 - Revisão do Projeto de Execução do Reforço do Abastecimento de Água no Algarve – Solução de Tomada de Água no Pomarão

$$P_{vi} = 10 - 1,2473870239 \times 10^{-2} \times (vi)^{5,5}$$

Lote 2 - Revisão do Projeto de Execução da Otimização de escoamento entre o Reservatório Inicial - Ocidental e o Reservatório Final

$$P_{vi} = 10 - 8,1065892898 \times 10^{-24} \times (vi)^{5,5}$$

Lote 3 - Revisões dos Projetos de Execução de Infraestruturas de Elevação e Adução ApR – ETAR de Vilamoura, ETAR de Albufeira Poente e ETAR da Quinta do Lago

$$P_{vi} = 10 - 1,3313768818 \times 10^{-26} \times (vi)^{5,5}$$

em que:

Pontuação Proposta i é a pontuação a atribuir à Proposta i no fator *Preço*, com um máximo de 10 pontos;

Vi é o valor da Proposta i.

Para a avaliação deste fator, serão analisados os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes constantes da alínea b) do n.º I do Artigo 8.º deste Programa do Procedimento.

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

A avaliação parcial dos subfactores do fator qualitativo *B. Qualidade Técnica da Proposta* será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada nas respetivas tabelas com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

3.1. Avaliação do subfactor “B.1 Memória Descritiva e Justificativa”

Para a avaliação deste subfactor será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea e) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento.

Neste subfactor serão avaliados, com base na matriz apresentada na Tabela I:

- a) a metodologia a empregar na elaboração do trabalho, na qual se incluirá a análise crítica das especificidades do estudo/projeto;
- b) a definição e descrição dos critérios de conceção e dimensionamento a adotar, gerais e específicos para os estudos a desenvolver e as diferentes tipologias de infraestruturas a projetar.

A pontuação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 1.

3.2. Avaliação do subfactor “B.2 Programa de Trabalhos”

Para a avaliação deste subfator será analisada a informação apresentada nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea f) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento.

Neste subfator serão avaliados, com base na matriz apresentada na Tabela 2, os aspetos associados ao plano das atividades dos trabalhos que compõem a aquisição de serviços e a respetiva afetação de meios humanos.

A pontuação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista na Tabela 2.

3.3. Avaliação do subfactor “B.3 Equipa Técnica”

Para a avaliação deste subfator serão analisados os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado na alínea g) do n.º I do Artigo 8.º do Programa do Procedimento, nos aspetos associados à experiência da Equipa Técnica afeta à aquisição de serviços designadamente:

- o Coordenador da Revisão do Projeto
- O Técnico responsável pela Especialidade de Hidráulica Urbana ou Sanitária;
- O Técnico responsável pela Especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas;
- O Técnico responsável pela Especialidade de Mecânica e Eletromecânica;
- O Técnico responsável pela Especialidade em Processo de Tratamento;
- O Técnico responsável pela Especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos;

com base nas matrizes constantes das Tabela 3, Tabela 4, Tabela 5, Tabela 6, Tabela 7 e Tabela 8 respetivamente.

A avaliação do presente subfator será efetuada mediante a atribuição da pontuação prevista nas referidas Tabelas.

Tabela I – Matriz de Avaliação do subfactor “B.I Memória Descritiva e Justificativa”

B.I Memória descritiva e Justificativa	Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições: i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, genérica e inadequada. ii. Identificação não fundamentada das soluções técnicas e não evidencia a adaptação às especificidades do trabalho. iii. Não identifica nem caracteriza as obras especiais aplicáveis	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, pouco adequada e com algum detalhe. ii. Identificação não fundamentada das soluções técnicas revelando uma adaptação pouco adequada às especificidades do trabalho. iii. Identifica sem caracterizar as obras especiais aplicáveis	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, pouco adequada e com algum detalhe. ii. Identificação, com fundamentação sumária das soluções técnicas revelando uma adequada adaptação às especificidades do trabalho. iii. Identifica, caracterizando sumariamente as obras especiais aplicáveis	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, adequada e com algum detalhe. ii. Identificação com fundamentação pormenorizada as soluções técnicas revelando uma adequada adaptação às especificidades do trabalho. iii. Identifica, caracterizando adequadamente as obras especiais aplicáveis	Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver adequada e bem detalhada. ii. Identificação com fundamentação pormenorizada das soluções técnicas revelando uma adequada adaptação às especificidades do trabalho. iii. Identifica, caracterizando adequadamente as obras especiais aplicáveis
Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições: i. Descrição e definição dos critérios de conceção e dimensionamento insuficiente para estudar e projetar as intervenções fundamentais previstas. ii. Critérios de conceção e dimensionamento incoerentes com os estudos a elaborar e as infraestruturas a projetar.	1	2	3	5	6
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição e definição sumária dos critérios de conceção e dimensionamento, permitindo uma caracterização básica das intervenções fundamentais previstas. ii. Critérios de conceção e dimensionamento com incoerências com os estudos a elaborar e as infraestruturas a projetar.	2	3	4	6	7
Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte: i. Descrição e definição detalhada dos critérios de conceção e dimensionamento, que permite caracterizar adequadamente as intervenções fundamentais previstas. ii. Critérios de conceção e dimensionamento com incoerências com os estudos a elaborar e as infraestruturas a projetar.	3	4	5	7	8

B.I Memória descritiva e Justificativa	<p>Proposta em que se verifica, pelo menos, uma das seguintes condições:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, genérica e inadequada.</p> <p>ii. Identificação não fundamentada das soluções técnicas e não evidencia a adaptação às especificidades do trabalho.</p> <p>iii. Não identifica nem caracteriza as obras especiais aplicáveis</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, pouco adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Identificação não fundamentada das soluções técnicas revelando uma adaptação pouco adequada às especificidades do trabalho.</p> <p>iii. Identifica sem caracterizar as obras especiais aplicáveis</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, pouco adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Identificação, com fundamentação sumária das soluções técnicas revelando uma adequada adaptação às especificidades do trabalho.</p> <p>iii. Identifica, caracterizando sumariamente as obras especiais aplicáveis</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver, adequada e com algum detalhe.</p> <p>ii. Identificação com fundamentação pormenorizada as soluções técnicas revelando uma adequada adaptação às especificidades do trabalho.</p> <p>iii. Identifica, caracterizando adequadamente as obras especiais aplicáveis</p>	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição da metodologia a empregar na elaboração do trabalho, incluindo análise crítica das especificidades do estudo/projeto a desenvolver adequada e bem detalhada.</p> <p>ii. Identificação com fundamentação pormenorizada das soluções técnicas revelando uma adequada adaptação às especificidades do trabalho.</p> <p>iii. Identifica, caracterizando adequadamente as obras especiais aplicáveis</p>	
	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição e definição detalhada dos critérios de conceção e dimensionamento que permite caracterizar adequadamente as intervenções fundamentais previstas.</p> <p>ii. Critérios de conceção e dimensionamento totalmente coerentes com os estudos a elaborar e as infraestruturas a projetar.</p>	4	5	6	8	9
	<p>Proposta em que se verifica, no mínimo, o seguinte:</p> <p>i. Descrição e definição detalhada dos critérios de conceção e dimensionamento que permite caracterizar adequadamente todas as intervenções previstas.</p> <p>ii. Critérios de conceção e dimensionamento totalmente coerentes com os estudos a elaborar e as infraestruturas a projetar.</p>	5	6	7	9	10

Tabela 2 – Matriz de Avaliação do subfactor “B.2 Programa de Trabalhos”

B.2 Programa de Trabalhos	O Programa apenas cumpre uma, inclusive, das seguintes premissas: i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos; ii. É apresentada a duração total de cada atividade; iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade; iv. É identificado o caminho crítico; v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.	O Programa cumpre até duas, inclusive, das seguintes premissas: i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos; ii. É apresentada a duração total de cada atividade; iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade; iv. É identificado o caminho crítico; v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.	O Programa cumpre até três, inclusive, das seguintes premissas: i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos; ii. É apresentada a duração total de cada atividade; iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade; iv. É identificado o caminho crítico; v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.	O Programa cumpre até quatro, inclusive, das seguintes premissas: i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos; ii. É apresentada a duração total de cada atividade; iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade; iv. É identificado o caminho crítico; v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.	O Programa cumpre todas as seguintes premissas: i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos; ii. É apresentada a duração total de cada atividade; iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade; iv. É identificado o caminho crítico; v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.
Não Identifica a carga mensal de homens. O Cronograma não cumpre nenhuma das seguintes premissas: i. Identifica as diferentes categorias profissionais a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas; ii. O número e taxa de afetação dos técnicos previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa de desenvolvimento do trabalho; iii. Cronograma coerente com o Programa de desenvolvimento do trabalho.	2	3	4	5	6
Identifica a carga mensal de homens. O Cronograma não cumpre nenhuma das seguintes premissas: i. Identifica as diferentes categorias profissionais a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas; ii. O número e taxa de afetação dos técnicos previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa de desenvolvimento do trabalho; iii. Cronograma coerente com o Programa de desenvolvimento do trabalho.	3	4	5	6	7
Identifica a carga mensal de homens. O Cronograma cumpre uma das seguintes premissas: i. Identifica as diferentes categorias profissionais a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas; ii. O número e taxa de afetação dos técnicos previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa de desenvolvimento do trabalho; iii. Cronograma coerente com o Programa de desenvolvimento do trabalho.	4	5	6	7	8

B.2 Programa de Trabalhos	<p>O Programa apenas cumpre uma, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.</p>	<p>O Programa cumpre até duas, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.</p>	<p>O Programa cumpre até três, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.</p>	<p>O Programa cumpre até quatro, inclusive, das seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.</p>	<p>O Programa cumpre todas as seguintes premissas:</p> <p>i. Todas as atividades do programa estão de acordo com as componentes da aquisição de serviços e os trabalhos definidos no Caderno de Encargos;</p> <p>ii. É apresentada a duração total de cada atividade;</p> <p>iii. São definidas corretamente as precedências e ligações de cada atividade;</p> <p>iv. É identificado o caminho crítico;</p> <p>v. Para cada atividade são alocados recursos humanos.</p>
<p>Identifica a carga mensal de homens. O Cronograma cumpre duas das seguintes premissas:</p> <p>i. Identifica as diferentes categorias profissionais a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas;</p> <p>ii. O número e taxa de afetação dos técnicos previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa de desenvolvimento do trabalho;</p> <p>iii. Cronograma coerente com o Programa de desenvolvimento do trabalho.</p>	5	6	7	8	9
<p>Identifica a carga mensal de homens. O Cronograma cumpre todas as seguintes premissas:</p> <p>i. Identifica as diferentes categorias profissionais a mobilizar por atividades e componentes da aquisição de serviços; Categorias profissionais adequadas às atividades previstas;</p> <p>ii. O número e taxa de afetação dos técnicos previstos é suficiente para a realização das atividades previstas no programa de desenvolvimento do trabalho;</p> <p>iii. Cronograma coerente com o Programa de desenvolvimento do trabalho.</p>	6	7	8	9	10

Tabela 3 – Matriz de Avaliação do subsubfactor “B.3.I Coordenador da Revisão do Projeto”

Para Projetos cuja obra seja classificada em categoria IV (Anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho)

B.3 Equipa Técnica B.3.I Coordenador da Revisão do Projeto	Coordenador do Projeto não evidencia experiência superior a 5 anos para engenheiro ou a 7 anos para engenheiro técnico	Coordenador do Projeto evidencia experiência até, inclusive, 6 anos para engenheiro ou 8 anos para engenheiro técnico	Coordenador do Projeto evidencia experiência até, inclusive, 8 anos para engenheiro ou 10 anos para engenheiro técnico.	Coordenador do Projeto evidencia experiência até, inclusive, 10 anos para engenheiro ou 12 anos para engenheiro técnico.	Coordenador do Projeto evidencia experiência superior a 12 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico.
Coordenador da Revisão do Projeto não evidencia a coordenação ou elaboração de mais do que 3 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	2	3	4	5	6
Coordenador da Revisão do Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de até, inclusive, 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	3	4	5	6	7
Coordenador da Revisão do Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de até, inclusive, 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	4	5	6	7	8
Coordenador da Revisão do Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de até, inclusive, 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	5	6	7	8	9
Coordenador da Revisão do Projeto evidencia a coordenação ou elaboração de mais do que 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	6	7	8	9	10

Tabela 4 – Matriz de Avaliação do subsubfactor “B.3.2 Técnico da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária”

Para Projetos cuja obra seja classificada em categoria III (Anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho)

B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária	Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária não evidencia experiência superior a 5 anos para engenheiro ou a 7 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia experiência até, inclusive, 6 anos para engenheiro ou 8 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia experiência até, inclusive, 8 anos para engenheiro ou 10 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia experiência até, inclusive, 10 anos para engenheiro ou 12 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia experiência superior a 10 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico.
Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária não evidencia a elaboração de mais do que 3 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	2	3	4	5	6
Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia a elaboração de até, inclusive, 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	3	4	5	6	7
Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia a elaboração de até, inclusive, 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	4	5	6	7	8
Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia a elaboração de até, inclusive, 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade de Hidráulica Urbana e Sanitária evidencia a elaboração de mais de 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	6	7	8	9	10

Tabela 5 – Matriz de Avaliação do subsubfactor “B.3.3 Técnico da Especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas”

Para Projetos cuja obra seja classificada em categoria III (Anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho)

B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade de Estruturas de Obras hidráulicas	Técnico responsável da especialidade de Estruturas não evidencia experiência superior a 5 anos para engenheiro ou a 7 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 6 anos para engenheiro ou 8 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 8 anos para engenheiro ou 10 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 10 anos para engenheiro ou 12 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência superior a 10 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico.
Técnico responsável da especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas não evidencia a elaboração de mais do que 3 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	2	3	4	5	6
Técnico responsável da especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas evidencia a elaboração de até, inclusive, 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	3	4	5	6	7
Técnico responsável da especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas evidencia a elaboração de até, inclusive, 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	4	5	6	7	8
Técnico responsável da especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas evidencia a elaboração de até, inclusive, 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade de Estruturas de Obras Hidráulicas. evidencia a elaboração de mais de 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	6	7	8	9	10

Tabela 6 – Matriz de Avaliação do subsubfactor “B.3.3 Técnico da Especialidade em Mecânica e Eletromecânica”

Para Projetos cuja obra seja classificada em categoria IV (Anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho)

B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade em Mecânica e Eletromecânica	Técnico responsável da especialidade de Estruturas não evidencia experiência superior a 5 anos para engenheiro ou a 7 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 6 anos para engenheiro ou 8 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 8 anos para engenheiro ou 10 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 10 anos para engenheiro ou 12 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência superior a 10 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico.
Técnico responsável da especialidade em Mecânica e Eletromecânica não evidência a elaboração de mais do que 3 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	2	3	4	5	6
Técnico responsável da especialidade em Mecânica e Eletromecânica evidência a elaboração de até, inclusive, 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	3	4	5	6	7
Técnico responsável da especialidade em Mecânica e Eletromecânica evidência a elaboração de até, inclusive, 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	4	5	6	7	8
Técnico responsável da especialidade em Mecânica e Eletromecânica evidência a elaboração de até, inclusive, 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade em Mecânica e Eletromecânica. evidência a elaboração de mais de 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	6	7	8	9	10

Tabela 7 – Matriz de Avaliação do subsubfactor “B.3.3 Técnico da Especialidade em Processo de Tratamento”

Para Projetos cuja obra seja classificada em categoria IV (Anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho)

B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade em Processo de Tratamento	Técnico responsável da especialidade de Estruturas não evidencia experiência superior a 5 anos para engenheiro ou a 7 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 6 anos para engenheiro ou 8 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 8 anos para engenheiro ou 10 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 10 anos para engenheiro ou 12 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência superior a 10 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico.
Técnico responsável da especialidade em Processo de Tratamento não evidência a elaboração de mais do que 3 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	2	3	4	5	6
Técnico responsável da especialidade em Processo de Tratamento evidência a elaboração de até, inclusive, 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	3	4	5	6	7
Técnico responsável da especialidade em Processo de Tratamento evidência a elaboração de até, inclusive, 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	4	5	6	7	8
Técnico responsável da especialidade em Processo de Tratamento evidência a elaboração de até, inclusive, 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade em Processo de Tratamento evidência a elaboração de mais de 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	6	7	8	9	10

Tabela 8 – Matriz de Avaliação do subsubfactor “B.3.3 Técnico da Especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos”

Para Projetos cuja obra seja classificada em categoria IV (Anexo II da Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho)

B.3 Equipa Técnica B.3.2 Especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos	Técnico responsável da especialidade de Estruturas não evidencia experiência superior a 5 anos para engenheiro ou a 7 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 6 anos para engenheiro ou 8 anos para engenheiro técnico	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 8 anos para engenheiro ou 10 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência até, inclusive, 10 anos para engenheiro ou 12 anos para engenheiro técnico.	Técnico responsável da especialidade de Estruturas evidencia experiência superior a 10 anos para engenheiro ou a 12 anos para engenheiro técnico.
Técnico responsável da especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos não evidencia a elaboração de mais do que 3 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	2	3	4	5	6
Técnico responsável da especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos evidencia a elaboração de até, inclusive, 4 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	3	4	5	6	7
Técnico responsável da especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos evidencia a elaboração de até, inclusive, 6 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	4	5	6	7	8
Técnico responsável da especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos evidencia a elaboração de até, inclusive, 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	5	6	7	8	9
Técnico responsável da especialidade em Hidrologia e Recursos Hídricos evidencia a elaboração de mais de 8 estudos\projetos com caraterísticas similares às do estudo\projeto objeto do presente procedimento.	6	7	8	9	10

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

(a que se refere a alínea a) do n.º I do Artigo 18.º)

(documento a apresentar separadamente por lote)

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) do Concurso para Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”**, lançado [•], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO CÓDIGO DE CONDUTA PARA
FORNECEDORES

(a que se refere a alínea d) do n.º 9 do Artigo 18.º)

(documento a apresentar separadamente por lote)

..... [identificação da firma ou do agrupamento], com sede em
..... [morada], contribuinte n.º....., representada por
..... [cargo e nome], assume o compromisso de cumprir e fazer
cumprir o **Código de Conduta para Fornecedores (COD.3)**, declarando
que no âmbito da sua atividade e em cumprimento da legislação nacional:

- a) Não utiliza qualquer forma de trabalho infantil;
- b) Não utiliza qualquer forma de trabalho forçado;
- c) Proporciona um ambiente de trabalho seguro e saudável e toma as medidas adequadas para prevenir acidentes, incidentes e danos à saúde dos seus trabalhadores;
- d) Não coloca qualquer objeção à associação dos trabalhadores, a sindicatos ou à possibilidade de associação coletiva;
- e) Não realiza qualquer tipo de discriminação, direta ou indireta, baseada na ascendência, idade, sexo, orientação sexual, estado civil, situação familiar, património genético, capacidade de trabalho reduzida, deficiência, doença crónica, nacionalidade, origem étnica, religião, convicções políticas ou ideológicas e filiação sindical, bem como não interferir no exercício dos direitos, que lhe estão associados;
- f) Não permite comportamentos que se revistam de carácter coercivo, ameaçador, abusivo ou exploratório;
- g) Não realiza qualquer tipo de punição corporal, mental ou coerção física ou verbal;

- h) Cumpre com as leis aplicáveis sobre o horário de trabalho e cumpre o pagamento de horas extraordinárias;
- i) Assegura que a composição dos salários e benefícios seja detalhada e clara para os trabalhadores.
- j) Compromete-se a colaborar nas atividades de monitorização que a Águas do Algarve venha a promover, no âmbito do respetivo sistema de responsabilidade empresarial, junto da empresa declarante;
- k) Promoverá as ações de reparação e ações corretivas para tratar quaisquer não conformidades que coloquem em causa os requisitos da norma SA 8000, identificadas no âmbito da monitorização referida no ponto j);
- l) Informar a Águas do Algarve de quais são os fornecedores ou subcontratados que estão a prestar serviço ou fornecer qualquer material ou equipamento no âmbito do Contrato, sempre que solicitado;
- m) Informar os seus fornecedores e subcontratados do conteúdo desta declaração.

Mais declara, a veracidade dos elementos acima descritos, subscritos por esta empresa.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VIII
MODELOS DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO/ DE GARANTIA
BANCÁRIA/ DE SEGURO-CAUÇÃO

(a que se refere o Artigo 19.º)

(documento a apresentar separadamente por lote)

MODELO I: GUIA DO DEPÓSITO

(i)

Guia do depósito:

Euros: _____ €

A Empresa/Consórcio _____ (empresa/consórcio adjudicatário) _____, com sede em _____ (Localidade e Concelho), declara que efetuou o depósito na conta n.º _____ da _____ (sede, filial, agência ou delegação) do _____ (Banco/Instituição Bancária), a quantia de _____ (por extenso), em _____ (numerário ou valores), como caução exigida para a realização da Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”**. Este depósito fica à ordem da Águas do Algarve, S.A., a quem deve ser remetido o respetivo recibo para conhecimento.

Data _____

Assinatura _____

MODELO 2 - GARANTIA BANCÁRIA

Garantia Bancária de:

Euros: _____ €

Para: Águas do Algarve, S.A., com sede na Rua do Repouso, n.º 10 8000-302 Faro,

Em nome e a pedido da firma _____(Adjudicatário), com sede em _____(Localidade e Concelho), o Banco / Instituição Bancária _____ com sede em _____ declara prestar a favor da Águas do Algarve, S.A. uma garantia bancária no valor de _____€ (extenso) em substituição do depósito caução de igual quantia necessário para a celebração do contrato relativo à Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”**, nos termos e para os efeitos especificados na cláusula 15 do Caderno de Encargos - e das Condições Gerais do Contrato.

Por força desta garantia este Banco/Instituição Bancária obriga-se a entregar imediatamente à Águas do Algarve, S.A. as importâncias até àquele valor que esta empresa solicite por escrito, não podendo escusar-se de fazer tais entregas sob qualquer pretexto ou fundamento.

A libertação desta garantia só poderá ser acionada através de documento escrito, pela Águas do Algarve, S.A..

Data _____

Assinatura _____

MODELO 3 - SEGURO-CAUÇÃO À PRIMEIRA SOLICITAÇÃO

A companhia de seguros, com sede em, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de, com o capital social de....., presta a favor da **Águas do Algarve, S.A.**, e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de, correspondente a% (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a **Águas do Algarve, S.A.** vai outorgar e que tem por objeto a Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”**, regulado nos termos da legislação aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos 5 (Cinco) dias úteis seguintes à primeira solicitação da Águas do Algarve, S.A., sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à Águas do Algarve, S.A. quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável.

Data _____

Assinatura _____

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DO LOTE A ADJUDICAR CASO O CONCORRENTE OBTENHA A MELHOR CLASSIFICAÇÃO EM AMBOS OS LOTES

(a ser apresentado apenas pelos concorrentes que apresentem propostas a ambos os lotes)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), concorrente ao procedimento de concurso público para Aquisição de Serviços para a **“Coordenação e Revisão de Projetos de Execução Previstos no Plano de Recuperação e Resiliência da Águas do Algarve SA – Fase I”**, lançado pela sociedade Águas do Algarve, S.A., declara sob compromisso de honra e desde já, que no caso de as suas propostas serem classificadas em primeiro lugar e para ambos os lotes, prefere que lhe seja adjudicada a proposta respeitante ao Lote ____.

Data _____

Assinatura _____⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.